

Jornal dos Aposentados e Pensionistas



Ano 23/Número 002

Brasília, junho de 2023

Pagamento do reajuste emergencial marca o início de uma nova negociação e da luta pela valorização dos salários, aposentadorias e pensões

No dia 28 de abril foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Medida Provisória (MP) nº 1.170, que garante o pagamento do reajuste emergencial para todos os servidores e servidoras federais civis, incluindo aposentados e pensionistas.

A MP assegura o reajuste emergencial de 9% já na folha de pagamento de maio, que será depositado em junho. O índice de 9% foi aprovado pelo conjunto dos servidores, inclusive pelo Analistas-Tributários que participaram da Assembleia Geral Nacional Unificada (AGNU) realizada de 13 a 15 de março.

O presidente do Sindireceita, Thales Freitas e o diretor de Finanças e Administração do Sindicato, Ricardo Ramos participaram da cerimônia de assinatura da Medida Provisória pelo Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, que foi realizada no Palácio do Planalto. O evento contou com as presenças de ministros de Estado, parlamentares e representantes das entidades sindicais do serviço público.

A aprovação do reajuste emergencial em 2023 encerra um período de seis anos em que os salários dos servidores não sofreram correção, nem mesmo a reposição das perdas provocadas pela inflação. Para os Analistas-Tributários da Receita Federal, os seis anos sem reajuste representaram uma perda em seu poder de compra de 27%, isto porque a categoria havia firmado um acordo para o reajuste em 4 parcelas, enquanto parte dos servidores haviam optado pelo pagamento em duas parcelas, acumulando perdas superiores a 35%.

O presidente do Sindireceita, considera que a implementação do reajuste emergencial é o início do processo de recuperação das perdas inflacionárias, mas, principalmente, marca um novo momento na relação dos sindicatos que representam os servidores federais e o governo.

Thales Freitas destaca que além do reajuste emergencial, outros pontos importantes da negociação com o governo foram inseridos neste primeiro acordo que também marca a retomada dos trabalhos na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) que havia sido desativada. Os trabalhos da nova Mesa foram iniciados em fevereiro com foco na construção do reajuste emergencial, um diálogo que contou com a participação de cerca de 100 entidades representativas dos servidores públicos. A MNNP foi implementada em 2003 e, até 2016, foram realizados 175 acordos, contemplando mais de 1,2 milhão de servidores. A partir de 2016, no entanto, a Mesa Nacional foi interrompida.



Após encerrado o processo de tramitação da MP 1.170, que precisa ser aprovada na Câmara e no Senado, a negociação com o governo entrará em uma nova etapa, adianta o presidente do Sindireceita. Segundo ele, concluído o processo do reajuste emergencial, os servidores passarão a negociar com o governo a concretização de um acordo salarial que permita não apenas recuperar as perdas inflacionárias, que no caso dos Analistas-Tributários após o novo reajuste será de aproximadamente 22%, mas que assegure ganhos reais. O trabalho, ressalta o presidente do Sindireceita, tem por objetivo estabelecer um novo marco nas negociações que possibilite ganhos reais e o incremento do poder de compra dos Analistas-Tributários.



Tribunal Regional Federal da 1ª Região afirma direito da paridade do Bônus de Eficiência aos aposentados e pensionistas

A Diretoria de Assuntos Jurídicos (DAJ) informa que o nosso processo coletivo que trata da paridade do Bônus de Eficiência e Produtividade foi julgado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), que deu provimento, por unanimidade de votos, ao nosso recurso de apelação.

Vale lembrar que a Diretoria de Assuntos Jurídicos ingressou com medida judicial para garantir a paridade do Bônus de Eficiência e Produtividade aos aposentados e pensionistas enquanto a referida gratificação detiver natureza genérica, ou seja, enquanto não ocorrer efetivamente a avaliação dos servidores ativos.

O Sindireceita sempre destacou que o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) é no sentido de que as gratificações instituídas pelo Legislador como *propter laborem* (que é como são

denominadas as gratificações em razão do desempenho no trabalho, de produtividade), que não vierem a ser aferidas efetivamente às metas de produtividade estipuladas por meio de avaliação individual da produtividade dos servidores ativos, fazem com que a gratificação passe a ser considerada como uma vantagem de caráter genérico, e, dessa forma, deve ser estendida aos servidores aposentados e pensionistas no mesmo patamar, assim como ocorreu com a GDAT e com a GIFA, ações coletivas que também obtivemos êxito e que já estão em fase avançada dos cumprimentos de sentença.

O Sindireceita comemora essa importante vitória que consolida mais uma conquista para os nossos aposentados e pensionistas e reafirma o seu compromisso de continuar sempre atuando com muita dedicação e afincos pelos direitos dos aposentados e pensionistas!

Sindireceita participa de grupo de trabalho no Ministério da Previdência para discutir o resgate de direitos dos aposentados e pensionistas



O presidente do Sindireceita, Thales Freitas e o diretor de Assuntos Parlamentares, Sérgio de Castro participaram, no dia 9 de maio, de uma reunião com o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi. O encontro também contou com as participações do presidente da Frente Servir Brasil, deputado federal André Figueiredo (PDT-CE), do deputado federal Luiz Carlos Motta (PL-SP), relator da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2024, além de representantes do Instituto Servir Brasil e das entidades sindicais do serviço público federal.

Na reunião, o ministro da Previdência Social anunciou a criação de um grupo de trabalho com a participação de técnicos da pasta, de parlamentares e de representantes dos servidores para discutir mudanças e o aprimoramento do sistema de Previdência Social e, principalmente, alternativas para o restabelecimento de direitos dos aposentados e pensionistas que foram retirados pelas últimas reformas da Previdência. O Sindireceita participará ativamente dos trabalhos deste grupo visando a defesa e o resgate dos direitos de todos os aposentados e pensionistas.

A proposta de criação do grupo de trabalho foi apresentada pelo ministro e aprovada pelos representantes dos servidores durante a reunião.

No encontro, os representantes dos servidores e os integrantes da Frente Servir entregaram ao ministro uma pauta contendo temas como a necessidade de revogação da cobrança da contribuição previdenciária dos servidores aposentados e de seus pensionistas, con-

forme está previsto na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 555/2006. No grupo de trabalho, os servidores vão pressionar pela aprovação desta PEC e também por mudanças na atual regra da pensão por morte e da aposentadoria por invalidez; a revisão da concessão da gestão da aposentadoria para o INSS (PLP 189/2021); alíquota ordinária dos servidores federais; reabertura para migração do RPC entre outros temas.

O ministro Carlos Lupi disse ser simpático as propostas apresentadas pelos servidores. “Agora temos que ter força e unidade para levar tudo isto para a mesa. Para algumas questões apresentadas já há Proposta de Emenda à Constituição no Congresso, outras dependem de interpretação legal, e ainda algumas que dependem de definições do próprio ministério. Neste sentido, podemos construir, a partir da participação de vocês e nos debates do Conselho, por exemplo, um arcabouço legal para os aposentados e pensionistas. Eu pretendo, por exemplo, provar que a Previdência não é deficitária”, ressaltou.

O presidente do Sindireceita, Thales Freitas destacou a importância do diálogo estabelecido pelos representantes dos servidores como o ministro para a discussão de propostas visando a melhoria do sistema previdenciário dos servidores. “A criação de um grupo de trabalho com a participação dos servidores contribui para a busca de solução dos problemas que foram criados para os aposentados e pensionistas pelas últimas reformas da Previdência. O Sindireceita vai participar deste trabalho e lutar para resgatar os direitos de nossos aposentados e pensionistas”, ressaltou.

Sindireceita reforça a defesa dos interesses dos Analistas-Tributários no julgamento da ADI nº 4616

Mais de 12 anos após ter sido impetrada no Supremo Tribunal Federal (STF) foi iniciado em maio deste ano, o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4616. O julgamento foi inaugurado pelo voto do relator ministro Gilmar Mendes que acatou parcialmente o pedido de inconstitucionalidade da Lei que promoveu a evolução dos cargos de Técnico do Tesouro Nacional para Técnico da Receita Federal e de Técnico da Receita Federal para Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil. Após a apresentação do voto do relator no plenário virtual, o julgamento foi suspenso por 90 dias, depois de encaminhado um pedido de vista pelo ministro Dias Toffoli.

Desde que a ação foi proposta, o Sindireceita está habilitado na ADI 4616 na qualidade de *amicus curiae*, tendo como patrono na defesa da categoria o advogado Nabor Bulhões. Ao longo de todos estes anos, o Sindicato e o advogado contratado promoveram uma série de ações na defesa dos interesses da categoria.

Após a apresentação do voto do relator, o Sindicato intensificou o trabalho de defesa dos interesses do cargo. Na mesma semana da apresentação do voto, a Diretoria Executiva Nacional (DEN) e o Conselho Nacional de Representantes Estaduais (CNRE) reuniram em Brasília/DF delegados sindicais de todo o país para avaliar e colocar em prática um conjunto de ações. Além da convocação de uma Assembleia Geral Nacional Unificada (AGNU) para que a categoria possa deliberar pela manutenção do estado de assembleia permanente e o acirramento das mobilizações, os conselheiros também deliberaram pela criação do Gabinete Especial - ADI 4616, que contará com a participação de membros da Diretoria Executiva Nacional, da Mesa Diretora do CNRE e de representantes de cada região geográfica. O Gabinete será responsável por coordenar, centralizar e organizar a mobilização da categoria por todo o país.

Os representantes dos Analistas-Tributários se reuniram, no dia 29 de maio, com o ministro relator, Gilmar Mendes. Na audiência, o presidente da DEN, Thales Freitas e a ex-presidente da DEN, Silvia Felismino reforçaram que as mudanças legais de TTN para TRF não resultaram na criação de um novo cargo público, não promoveram mudanças na carreira e, principalmente, na complexidade das atribuições exercidas e incremento na equivalência remuneratória existente entre os cargos.

Os representantes da categoria também realizaram um conjunto de reuniões com o advogado Nabor Bulhões, com representantes da administração da Receita Federal e ampliaram a interlocução com os poderes Executivo e Legislativo. Por meio destas iniciativas, o sindireceita reforça as ações que visam mostrar não apenas a constitucionalidade das mudanças promovidas ao longo dos anos no cargo, mas também a importância destas transformações para a modernização da administração tributária e aduaneira e para a própria Receita Federal do Brasil.

O trabalho que está sendo realizado também tem por objetivo mostrar que o julgamento procedente da ADI pode paralisar as atividades da Receita Federal, gerar insegurança jurídica e até mesmo comprometer o esforço do novo governo para a retomada da economia e superação da crise econômica, refletindo até mesmo nos objetivos do novo arcabouço fiscal.

Uma das questões principais é a insegurança jurídica de cerca de 9 mil servidores da RFB e mais de 40% do efetivo de Analistas-Tributários. Em reunião com o secretário da instituição, Robinson Barreirinhas o presidente do Sindireceita, Thales Freitas reforçou a importância de a Receita Federal dialogar com órgãos como a Procuradoria Geral da República (PGR), que impetrou a ADI no STF, para



que julgue pela improcedência da ADI, podendo provocar assim, a mudança do voto do relator. Thales Freitas também defendeu que o próprio ministro da Fazenda, Fernando Haddad contate o relator da ação e demais ministros para explicar o impacto dessa decisão. “Uma decisão favorável à ADI nº 4616 abriria um precedente muito perigoso, inclusive, podendo afetar outras carreiras e ocasionar um grande impacto em todo o serviço público”, observou.

O secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas informou que já está dialogando com a Advocacia-Geral da União (AGU) e com o STF, relatando o quão desastroso seria uma decisão favorável à ADI 4616. Ele declarou ainda que considera a decisão do relator injusta, pois fere a dignidade não somente dos servidores da RFB, mas de cerca de 10 mil famílias. “A decisão gera uma situação de insegurança e instabilidade, que vai de encontro a um dos princípios do serviço público - o princípio da estabilidade,” afirmou Barreirinhas. O secretário declarou que o Sindireceita pode contar com seu empenho e apoio contra a ADI, que além de injusta, seria caótica para a Receita Federal.



**CANAL DOS APOSENTADOS
E PENSIONISTAS**

Diretoria Executiva Nacional:

Fone: (61) 3962-2300 Fax: (61) 3962-2301

NOSSAS REDES SOCIAIS

Diretoria de Aposentados e Pensionistas:

aposentados@sindireceita.org.br



facebook.com/sindireceita



instagram.com/sindireceita



twitter.com/sindireceitaDEN



youtube.com/COMSindireceita



CÉDULAS DE APOSENTADAS E DE APOSENTADOS SERÃO EMITIDAS PELA RECEITA FEDERAL

A Receita Federal publicou a Portaria RFB nº 325, de 24 de maio de 2023, que aprovou os modelos e disciplinou o uso das Cédulas de Aposentada e de Aposentado destinadas a servidores da Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil.

Em breve o Sindireceita divulgará quando será iniciada a emissão das cédulas e o que o aposentado precisará fazer para obter seu documento.



Plenária Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Sindireceita



Outra iniciativa do Sindireceita, em 2023, para ouvir e dialogar com sua base de filiados e filiadas, é a realização da Plenária Nacional dos Aposentados e Pensionistas. O evento, promovido pela Diretoria de Aposentados e Pensionistas e Comissão Organizadora, será realizado nos dias 21 e 22 de junho, em Fortaleza/CE, e reunirá pela primeira vez na história do Sindicato, a nível nacional, Analistas-Tributários aposentados e pensionistas.

De acordo com a diretora de Aposentados e Pensionistas do Sindireceita e coordenadora da Comissão Organizadora do evento, Marlene Cambraia, a Plenária tem por objetivo estreitar os canais de comunicação direta com os colegas aposentados e pensionistas do Sindicato. Além disso, sabendo que a valorização dos Analistas-Tributários e os direitos conquistados foram fruto de muita mobilização, o Sindireceita conta com a união e experiência dos valorosos colegas para somarem-se à luta em defesa dos direitos da categoria.

No período que antecedeu ao evento, os delegados sindicais convocaram assembleias para eleger os representantes que participarão da

Plenária Nacional. Num formato inovador, também foram aplicados questionários para ouvir os aposentados e pensionistas, conforme divulgado nos canais de comunicação do Sindireceita. Entre os temas respondidos, destacam-se planos de saúde; canais de comunicação do Sindicato; convênios; seguro de vida, atendimento geral da DEN e respectivas DS's; remuneração salarial; bônus de eficiência, entre outras questões. O questionário foi aplicado por meio de formulário online e durante as assembleias. As respostas foram encaminhadas por e-mail para a Diretoria de Aposentados e Pensionistas e serão debatidas durante a Plenária.

Em relação ao quantitativo de representantes por Delegacia Sindical (DS) que poderão participar do evento, a Comissão Organizadora destacou que todas as DS's com gestores terão direito a um representante, e aquelas com mais de 200 filiados terão direito a dois representantes. Portanto, um total de 78 aposentados e pensionistas poderão participar da Plenária Nacional, com direito a voz e voto.

Diretoria

Thales Freitas Alves
PRESIDENTE

Antônio Geraldo de Oliveira Seixas
VICE-PRESIDENTE

Ieda Maria de Miranda
SECRETÁRIA-GERAL

Ricardo José Castro Ramos Júnior
DIRETOR DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

Ronald Machado Campbell
DIRETOR-ADJUNTO DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

Sérgio Ricardo Moreira de Castro
DIRETOR DE ASSUNTOS PARLAMENTARES

Alexandre Medeiros Xavier
DIRETOR DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Fabiano Gonçalves Rebelo
DIRETOR-ADJUNTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Alexandre Magno Cruz Pereira
DIRETOR DE DEFESA PROFISSIONAL

André Luiz Fernandes
DIRETOR DE ESTUDOS TÉCNICOS

Mariluce Vilela Fontoura
DIRETORA DE ASSUNTOS ADUANEIROS

Moisés Boaventura Hoyos
DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

Pericles Gomes Luz
DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Marlene de Fátima Cambraia Viana
DIRETORA DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Marcelo de Arruda Campos
DIRETOR DE ASSUNTOS PREVIDENCIÁRIOS

Odair Ambrosio
DIRETOR DE FORMAÇÃO SINDICAL E RELAÇÕES INTERSINDICAIS

Luis Mauro Ribeiro do Valle Damiani
PRIMEIRO-SUPLENTE

Afranio de Azevedo Andrade
SEGUNDO-SUPLENTE

Valdemir Bueno
TERCEIRO-SUPLENTE

Neli Gehling
QUARTA-SUPLENTE

Eduardo Schettino
QUINTO-SUPLENTE

Breno de Souza Rocha
SEXTO-SUPLENTE

Expediente

Jornal dos Aposentados e Pensionistas

Diretor de Comunicação
Moisés Hoyos

Coordenador de Comunicação
Rafael Godoi

Reportagem
Marci Hences,
Victoria Almeida,
Ygor Wolf

Projeto gráfico, capa e diagramação
Gildélia Santos

Fotos
Comunicação Sindireceita,
Banco de Imagens



SINDIRECEITA
Analistas-Tributários

SHCGN 702/703 | Bloco E | Loja 37 Asa Norte | CEP: 70.720-650 Brasília-DF
Telefone (61) 3962-2300

www.sindireceita.org.br